

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 382.976 - MG  
(2013/0263989-4)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**AGRAVANTE : ANTÔNIO RICARDO BEIRA**  
**ADVOGADOS : HUMBERTO THEODORO JUNIOR - MG007133**  
**HUMBERTO THEODORO NETO E OUTRO(S) - MG071709**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE OURO PRETO**  
**PROCURADOR : JOSIAS BARCELOS JÚNIOR E OUTRO(S) - MG104212**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE RETRAÇÃO EXERCIDO. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA.**

## **DECISÃO**

Antônio Ricardo Beira interpõe agravo interno, às fls. 702-719 e-STJ, contra decisão singular deste relator, cujo ementa está consignada nos seguintes termos (e-STJ fl. 694):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO ARRIMADO NO CENÁRIO FÁTICO-PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA PARCIALMENTE CONHECER DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

A agravante aduz, em suma, o que segue (e-STJ fl. 709-711 e 713-714):

Como se vê, as violações à Lei Federal que o recurso especial devolve não dizem respeito diretamente à premissa de que “o processo administrativo observou o princípio do devido processo legal, facultando ao ora agravante o exercício da ampla defesa” (e-STJ fl. 695). Uma vez que essa questão não é objeto de discussão no recurso especial destes autos, o fato de o Tribunal de origem ter chegado a tal conclusão com base no acervo probatório é irrelevante para o julgamento da pretensão recursal. Assim, dizer que a revisão dela demandaria o reexame de provas e encontraria obstáculo na Súmula 7/STJ não responde ao agravo nem demonstra por que o apelo raro teria cumprido ou deixado de cumprir os requisitos técnicos de admissibilidade recursal.

[...]

No que tange à primeira questão, atinente à nulidade do r. acórdão recorrido por corresponder a sentença condicional (violação ao art. 460 do CPC/73), convém lembrar que o busto relicário de São Boaventura pertence ao agravante, tendo em conta que o próprio ente agravado reconheceu a posse do agravante sobre o bem no procedimento de tombamento (fato incontroverso) e de que existe presunção legal de que o possuidor de coisa móvel é o seu proprietário. O fato de o agravante ser o possuidor da peça até o transporte temporário dela a Ouro Preto foi assentado pelo acórdão recorrido, em especial o acórdão dos 2<sup>os</sup> embargos de declaração

[...]

Em relação ao segundo tema do apelo raro, correspondente à violação ao art. 5º, alínea k, do Decreto-Lei 3.365/1941, depreende-se que também não

# Superior Tribunal de Justiça

há necessidade de que esta Colenda Corte aprecie aspectos fático-probatórios da lide, porque não representa um questionamento sobre o do procedimento de tombamento.

Em vez disso, pergunta-se se pode ser considerado válido um tombamento que implica o desapossamento do bem, ou se, neste caso, o ordenamento brasileiro impõe que a Administração Pública proceda à sua desapropriação, com prévia indenização.

[...]

Nessa ordem de ideias, na medida em que o Tribunal Local considerou válido um processo de tombamento que importa o desapossamento do bem, sem a consequente indenização, deixou de aplicar o texto que juridicamente deve reger o ato, qual seja, o art. 5º, *k*, do Decreto Lei 3.365/41, eis que, em razão do desapossamento, a hipótese é de desapropriação, e não simples tombamento.

[...]

Com todo o respeito devido e indubitavelmente merecido, a fundamentação do *decisum* não é suficiente para mostrar que o v. acórdão recorrido teria respondido a todas as questões relevantes que as partes devolveram ao Tribunal de origem. Com efeito, trata-se de um lugar-comum padronizado, cujo grau de generalidade é tão amplo que se prestaria a qualquer apelo, em dissonância com o que dispõe o art. 489, § 1º, incisos III e IV, do CPC/2015.

O dever de fundamentação das decisões judiciais responde a uma necessidade de conferir racionalidade ao exercício da jurisdição, na medida em que permite o controle social sobre a adequação da solução que o Poder Judiciário dá a um caso determinado em relação a ordem jurídica estabelecida de antemão.

No caso dos autos, o agravante demonstrou a existência de omissões sobre dois temas imprescindíveis para o correto desate da controvérsia. Em primeiro lugar, apontou a necessidade de que o Tribunal de origem especificasse com precisão qual é a condição a que está sujeita a eficácia do ato de tombamento, já que o v. acórdão recorrido faz referência a um processo em que não é possível a prolação de decisão que resolva as questões atinentes à autoria ou à propriedade da obra sacra. Em segundo, indica que o Eg. TJMG não poderia ter deixado de responder à dúvida se o tombamento, tal como foi editado, exigiria ou não a indenização prévia.

Ao final, requer a reconsideração da decisão agravada ou seja a presente insurgência submetida a julgamento no âmbito do órgão colegiado.

Sem impugnação.

É o relatório. Decido.

Diante das alegações apresentadas pelo agravante, é mister exercer juízo de retração, a fim de tornar sem efeito a decisão agravada.

Isso posto, **reconsidero** a decisão de fls. 694-697 e-STJ, **tornando-a sem efeito**.

Com o trânsito em julgado deste *decisum*, retornem-me os autos para apreciação do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator

